

JULIANA FURTADO **COSTA ARAUJO**

PAULO CESAR **CONRADO**

COORDENADORES

ANDREIA CAETANO BRITO • CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO • DANIEL DE PAIVA GOMES • DANIEL LACASA MAYA • DANILO MONTEIRO DE CASTRO • DIEGO DINIZ RIBEIRO • EDUARDO DE PAIVA GOMES • ÍRIS VÂNIA SANTOS ROSA • JÚLIA SILVA ARAÚJO CARNEIRO • JULIANA FURTADO COSTA ARAUJO • LÁZARO REIS PINHEIRO SILVA • LUÍS CLAUDIO FERREIRA CANTANHEDE • MARIA RITA GRADILONE SAMPAIO LUNARDELLI • PAULO CESAR CONRADO • RODRIGO DALLA PRIA • RODRIGO G. N. MASSUD • SARAH MILA BARBASSA • THATHYANNY FABRICIA BERTACO PERIA • VANESSA DAMASCENO ROSA SPINA

INOVAÇÕES NA COBRANÇA DO *Crédito Tributário*

2ª edição revista e atualizada

De acordo com
as Portarias
PGFN nº 33/2018,
360/2018 e
742/2018

Visual Law
THOMSON REUTERS*

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais
JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo
MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolína de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiárias: Ana Amalia Strojrowski e Mirna Adei Nasser

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Laís Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavaicanti, Fernanda Lessa, Thaís Pereira e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira e Sofia Mattos

Capa: Linotec

Lider de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Visual Law: Angela B. Daniel, Sofia Mattos e Suzane Ferraz

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Inovações na cobrança do crédito tributário / coordenadores Juliana Furtado Costa Araujo e Paulo Cesar Conrado. 2. ed. rev. e atual. --São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Vários autores.
 Bibliografia.
 ISBN 978-65-5991-694-8

1. Cobrança 2. Crédito tributário 3. Inovações 4. Processo civil I. Araujo, Juliana Furtado Costa. II. Conrado, Paulo Cesar.

21-79133

CDU-34:336.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Inovações : Cobrança : Crédito tributário: Direito tributário 34:336.2
 Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 2.ª EDIÇÃO.....	5
PARTE I	
PORTARIA PGFN 33/2018 E AS GARANTIAS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	
CAPÍTULO 1 – A EFETIVIDADE DA COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO FEDERAL COMO FUNDAMENTO LEGITIMADOR DA PORTARIA PGFN 33/18	11
<i>Juliana Furtado Costa Araujo</i>	
CAPÍTULO 2 – O PEDIDO DE REVISÃO DE DÍVIDA INSCRITA (PORTARIA PGFN 33/2018) E A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO: DISCUSSÕES QUE ENVOLVEM A EFETIVIDADE DA COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	27
<i>Paulo Cesar Conrado</i>	
CAPÍTULO 3 – EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE EM CONFRONTO COM O “PEDIDO DE REVISÃO DE DÉBITOS INSCRITOS” (PRDI) PORTARIA PGFN 33/2018.....	39
<i>Íris Vânia Santos Rosa</i>	
CAPÍTULO 4 – O CONCEITO DE SANÇÃO POLÍTICA DELINEADO PELA JURISPRUDÊNCIA DO STF: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO INSTITUTO DA AVERBAÇÃO PRÉ-EXECUTÓRIA PREVISTO NO ARTIGO 20-B DA LEI 10.522/2002 E O ENTENDIMENTO FIXADO NAS ADIs 5881, 5886, 5890, 5925, 5931 E 5932	49
<i>Eduardo de Paiva Gomes</i>	
CAPÍTULO 5 – OBJEÇÕES À CONSTITUCIONALIDADE DA AVERBAÇÃO PRÉ-EXECUTÓRIA INSTITUÍDA PELA LEI 13.606/2018: POSSÍVEIS RAZÕES PARA A INVALIDAÇÃO DAS NORMAS VEICULADAS PELOS ARTIGOS 20-B E 20-E DA LEI 10.522/2002.....	85
<i>Rodrigo Dalla Pria e Danilo Monteiro de Castro</i>	
CAPÍTULO 6 – AVERBAÇÃO PRÉ-EXECUTÓRIA E A IMPOSSIBILIDADE DE SUA UTILIZAÇÃO NAS HIPÓTESES DE REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL	105
<i>Maria Rita Gradilone Sampaio Lunardelli</i>	
CAPÍTULO 7 – PRESCRIÇÃO E NOVOS PROCEDIMENTOS NO FLUXO DE COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO FEDERAL: PEDIDO DE REVISÃO DE DÍVIDA INSCRITA (PRDI) E AVERBAÇÃO PRÉ-EXECUTÓRIA	127
<i>Daniel Lacasa Maya</i>	
CAPÍTULO 8 – CRIPTOMOEDAS ENQUANTO GARANTIA NO MACROSSISTEMA DE COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO FEDERAL: LEI 6.830/80 E PORTARIA PGFN 33/2018.....	141
<i>Eduardo de Paiva Gomes e Daniel de Paiva Gomes</i>	
PARTE II	
VIAS ALTERNATIVAS PARA COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	
CAPÍTULO 1 – MEIOS ALTERNATIVOS DE COMPOSIÇÃO DE CONFLITOS E SUA INCIDÊNCIA NO ÂMBITO DA PERSECUÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	189
<i>Carlos Augusto Daniel Neto e Diego Diniz Ribeiro</i>	

8 | INOVAÇÕES NA COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO 2 – NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA E AS PORTARIAS PGFN 33/2018 (ART. 38) E 360/2018 (ALTERADA PELA 515/2018).....	217
<i>Paulo Cesar Conrado</i>	
CAPÍTULO 3 – NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA: PORTARIAS PGFN 360/18 E 742/18 E ESTUDO DE CASOS	229
<i>Júlia Silva Araújo Carneiro</i>	
CAPÍTULO 4 – NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL E GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL	243
<i>Rodrigo G. N. Massud</i>	
CAPÍTULO 5 – PROTESTO DE CERTIDÕES DE DÍVIDA ATIVA: A CONSTITUCIONALIDADE E O USO ADEQUADO DO INSTITUTO NOS CASOS DE OBRIGAÇÕES CUJO FUNDAMENTO ESTEJA EM DISCUSSÃO EM SEDE DE CASOS REPETITIVOS	257
<i>Luís Claudio Ferreira Cantanhede</i>	
PARTE III	
PRESCRIÇÃO E SEUS REFLEXOS NA COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	
CAPÍTULO 1 – SISTEMA DE PRECEDENTES BRASILEIRO, SOB A ÓTICA DO CPC/2015: É POSSÍVEL CONSIDERAR VINCULANTE O ACÓRDÃO REPETITIVO, PROFERIDO NO JULGAMENTO DO RESP 1.120.295/SP, QUE DEFINIU O TERMO A QUO DO PRAZO PRESCRICIONAL DA AÇÃO DE COBRANÇA DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO?.....	273
<i>Andreia Caetano Brito</i>	
CAPÍTULO 2 – O PEDIDO DE PARCELAMENTO INDEFERIDO OU NÃO HOMOLOGADO PELA ADMINISTRAÇÃO E SUA (IR)RELEVÂNCIA NO PROCESSO DE POSITIVAÇÃO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA	291
<i>Lázaro Reis Pinheiro Silva</i>	
CAPÍTULO 3 – PRESCRIÇÃO PARA REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL: ANÁLISE DO CENÁRIO JURISPRUDENCIAL.....	309
<i>Vanessa Damasceno Rosa Spina</i>	
PARTE IV	
COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	
CAPÍTULO 1 – O INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA (IDPJ) E SEU CABIMENTO NA EXECUÇÃO FISCAL	325
<i>Rodrigo Dalla Pria</i>	
CAPÍTULO 2 – CONEXÃO E PREJUDICIALIDADE NO PROCESSO TRIBUTÁRIO: UMA PROPOSTA DE EXEGESE DO § 2º, INCISO I, E DO § 3º DO ARTIGO 55 DO CPC/2015	349
<i>Daniel de Paiva Gomes</i>	
CAPÍTULO 3 – O ENCARGO LEGAL DO DECRETO-LEI 1.025/69 E SUA (IN)COMPATIBILIDADE COM O SISTEMA JURÍDICO VIGENTE, EM ESPECIAL APÓS AS INOVAÇÕES DO CPC/2015	383
<i>Danilo Monteiro de Castro</i>	
CAPÍTULO 4 – OS REFLEXOS DA LINDB (LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO) NA COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO: PERSPECTIVAS DIANTE DA TEORIA DOS PRECEDENTES NO CPC/15	401
<i>Sarah Mila Barbassa</i>	
CAPÍTULO 5 – PENHORA ONLINE “ANTECIPADA”: É POSSÍVEL A CONSTRICÇÃO DE DINHEIRO, VIA BACENJUD, ANTES DA CITAÇÃO DO DEVEDOR EM EXECUÇÃO FISCAL?	411
<i>Thathyanny Fabricia Bertaco Peria</i>	